

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº , DE DE NOVEMBRO DE 2011

(Do Sr. DR. ALUIZIO)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o vazamento de óleo ocorrido nas proximidades do Campo do Frade, na Bacia de Campos, na Costa do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a V. Ex.^a., ouvido o Plenário desta respeitável Comissão, a realização de Audiência Pública, para debater o vazamento de óleo ocorrido nas proximidades do Campo do Frade, na Bacia de Campos, na Costa do Rio de Janeiro, conforme amplamente divulgado pela imprensa nacional.

Como forma de enriquecer esse debate, sugerimos que sejam convidados representantes das seguintes entidades, credenciadas a falar sobre o assunto:

- da Marinha;
- da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis - ANP;
- do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- da empresa Chevron Brasil Upstream.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme noticiado pela imprensa, no último dia 10 deste mês, foi registrado um vazamento de óleo no Campo do Frade, na Bacia de Campos, na costa do Rio de Janeiro. A empresa responsável pelo poço, a norte-americana Chevron, uma das cinco maiores do mundo no setor, informou que o acidente está sob controle. Mas não estamos seguros disso. Inicialmente a Chevron falou que o vazamento era de 60 barris, depois corrigiu para 650 barris. De acordo com o geógrafo e ativista ambiental John Amos, estes números não correspondem aos fatos. Ele diz que a imagem de satélite

MODIS/Aqua da NASA, tirada há três dias, mostra uma mancha de óleo aparentemente originária do local de perfuração que se estende por 2.379 quilômetros quadrados. Ela representa um volume de quase 15 mil barris de petróleo. Ou dez vezes o que informa a Chevron. Enfim, há muito por esclarecer sobre o assunto.

Em nota divulgada para a imprensa, a Presidenta Dilma Rousseff já determinou que o Ministério das Minas e Energia, a Agência Nacional de Petróleo e a Marinha, apurem rigorosamente as causas desse vazamento.

No entanto, é necessário que esta Casa, por intermédio da Comissão de Minas e Energia, também averigue as causas desse vazamento, as providências tomadas tanto pela empresa responsável quanto pelos órgãos públicos envolvidos com a questão e, em especial, os danos causados ao meio ambiente.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 2011.

Deputado DR. ALUIZIO

PV- RJ